

## A MULTIDIMENSIONALIDADE DA SEXUALIDADE E DAS RELAÇÕES DE GÊNERO COMO CONSEQUÊNCIA SOCIAL NOS TRANSGÊNEROS

Wellington Pereira Rodrigues<sup>1</sup>; Jaldemir Santana Batista Bezerra<sup>2</sup>; Elvis das Neves de Souza<sup>3</sup>; Maique dos Santos Bezerra Batista<sup>4</sup>; Felipe Pessoa de Melo<sup>5</sup>.

*Centro Universitário AGES; E-mail: Wellington\_life@live.com<sup>1</sup>; Centro Universitário AGES; E-mail: Jaldemirbatista@hotmail.com<sup>2</sup>; Centro Universitário AGES; E-mail: elvis.nsouza@hotmail.com<sup>3</sup>; Centro Universitário AGES; E-mail: maique-bezerra@hotmail.com<sup>4</sup>; Centro Universitário AGES; E-mail: felippemelo@hotmail.com<sup>5</sup>.*

### RESUMO

**Introdução:** Os profissionais de saúde que se destinam a trabalhar com grupos de adolescentes em escolas, centros comunitários ou unidades básicas de saúde, devem ter amplo conhecimento na área de educação sexual, sendo as questões levantadas por eles relativa a este assunto que possui um cunho de grande relevância em suas discussões. **Objetivo:** O trabalho tem como objetivo explicar acerca das diferenças da multidimensionalidade da sexualidade e das relações de gênero como consequência social no início da sexarca entre homens e mulheres da cidade de Lagarto/SE no ano de 2018. **Método:** Trata-se de um estudo descritivo, transversal, de campo, com abordagem quantitativa e qualitativa, realizado nas cidades de Lagarto/SE. **Resultado:** Através das entrevistas, notou-se que (4; 50,0%) mostram vontade própria nas suas escolhas diante do tema estudado. (3; 30,0%) associou com a falta de emprego e (2; 20,0%) relatou necessidades relacionado ao seu estilo de vida. Dos entrevistados, (8; 98,0%) já relataram ter sofrido violência tanto físicas quanto psicológicas e (2; 2,0%) não relataram violência. Os entrevistados foram perguntados sobre alguma consequência devido ao seu trabalho e (6; 96,0%) relatou ter contraído infecções agudas e (2; 2,0%) já sofreu agressões e (2; 2,0%) relatou outras causas. Quando perguntados se já receberam aconselhamento sobre educação em saúde (10; 100,0%) relataram não ter recebido quaisquer orientações sobre educação sexual. **Conclusão:** Desse modo, é incondizente com a realidade, dentro do princípio da legalidade, por não dialogar com os princípios dentro da sociedade, dado que na prática nada do que foi descrito é realizado.

**Palavras-Chaves:** Gênero, Multidimensionalidade da Sexualidade, Transgêneros, Violência dos Direitos humanos.

### INTRODUÇÃO

O termo sexualidade, criado no século XIX, representa um conjunto de valores e práticas corporais culturalmente legitimados na história da humanidade. Mais do que

pertinente à atividade sexual e sua dimensão biológica, diz respeito a uma dimensão íntima e relacional, que compõe a subjetividade das pessoas e suas relações corporais com seus pares e com o mundo. A sexualidade influencia pensamentos, sentimentos, ações e interações, tanto a saúde física como a mental. Se a saúde é um direito humano fundamental, a saúde sexual também deveria ser considerada como um direito humano básico (BRASIL, 2017).

Os profissionais de saúde que se destinam a trabalhar com grupos de adolescentes em escolas, centros comunitários ou unidades básicas de saúde, devem ter amplo conhecimento na área de educação sexual, sendo as questões levantadas por eles relativa a este assunto que possui um cunho de grande relevância em suas discussões. A gravidez na adolescência é, pois, focalizada como problema social e de saúde pública, argumentando-se que há um aumento do índice deste tipo de gravidez nos últimos anos (LOPES, 2012).

O trabalho tem como objetivo explicar acerca das diferenças da multidimensionalidade da sexualidade e das relações de gênero como consequência social no início da vida sexual entre homens e mulheres da cidade de Lagarto/SE no ano de 2018. Assim, baseando-se nas normas e expectativas sociais variando conforme o sexo, tornando-se necessário, então, aprofundar sobre os conhecimentos das primeiras práticas sexuais e o encadeamento advindo do contexto escolhido para a iniciação da vida sexual de homens e mulheres jovens.

A atuação da equipe de saúde tem como umas das ações centradas na tríade promoção, prevenção e assistência, sendo as duas primeiras de grande importância no sistema de trabalho, por constar os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde. As ações de promoção da saúde são consideradas de grande relevância para corresponsabilidade e fortalecimento do vínculo na relação enfermeiro adolescente. A promoção da Saúde permeia transversalmente todas as políticas, programas e ações da saúde, como o desafio de constituir a integralidade e equidade.

## **METODOLOGIA**

Trata-se de um estudo descritivo exploratório, com abordagem quanti/qualitativa, do tipo estudo de caso. Para alcançar os objetivos propostos, foi utilizado um questionário estruturado sendo entrevistados sete indivíduos do município de Lagarto/SE no ano de 2018.

Os dados foram submetidos à análise criteriosa. Em seguida, transcrita e tabulada, com análise quanti/qualitativa, em gráficos e tabelas. A análise qualitativa se deu mediante as falas dos participantes. Na sequência, ocorreu a teorização dos resultados, onde após levantamentos de dados, foi estabelecida a análise das informações obtidas, organizados de forma sequencial, com a finalidade de obter respostas para o problema

discutido, relacionando com conhecimentos teóricos que completam a temática. Foram selecionados artigos, literaturas e manuais que discutiam o problema em foco na sexualidade e nas relações de gênero como consequência social.

Para esse estudo, foram priorizados o sigilo e o anonimato, além do respeito e valorização da disponibilidade dos participantes para a construção desse trabalho. Por se referir a uma pesquisa envolvendo seres humanos, foi realizada de acordo com as orientações éticas e legais.

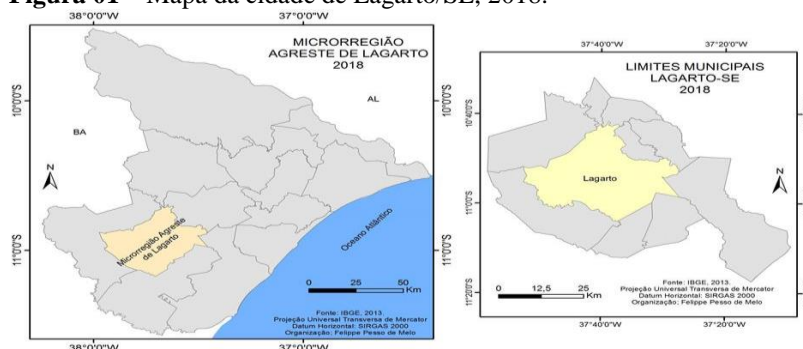
Para a garantia do anonimato, não foi solicitado o nome dos entrevistados. Os aspectos éticos obedeceram às exigências éticas da pesquisa que envolve seres humanos, preconizadas pela Resolução nº 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde/MS, a qual determina que o consentimento livre e esclarecido contemple uma linguagem clara e acessível, como também, garantir aos participantes os esclarecimentos necessários e a liberdade para retirar-se em qualquer fase da pesquisa, respeitando a dignidade humana.

## CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

A cidade de Lagarto conta com uma população estimada de 104.099 habitantes. A amostra, por conveniência, foi composta por 7 transexuais que atuam como travestis no centro da cidade. Apresenta 28% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 58.1% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 10.2% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio) (IBGE, 2017).

O município se estende por 969,6 km<sup>2</sup> e contava com 94 852 habitantes no último censo. A densidade demográfica é de 97,8 habitantes por km<sup>2</sup> no território dos municípios de Riachão do Dantas, São Domingos e Salgado, Lagarto se situa a 57 km a Sul-Oeste de Nossa Senhora do Socorro. O crescimento de 2016 para 2017 foi de 0,77% (cerca de 1,6 milhão de pessoas a mais).

**Figura 01** – Mapa da cidade de Lagarto/SE, 2018.



## RESULTADOS E DISCUSSÕES

O gráfico analisado mostra o que levou aos entrevistados a entrar no caminho da prostituição e se houve influência das relações de gênero com a sociedade, sendo que 50% dos entrevistados mostraram vontade própria nas suas escolhas, enquanto 30% relatou a falta de emprego e 20% relatou necessidades, tendo que ganhar dinheiro de acordo com esse tipo de escolha. Neste sentido, o sujeito traça seu lugar e adota seus lugares na sociedade pela adaptação da cultura e das instituições sociais intermediadas pelo outro. A identidade sexual deve ser contextualizada, pois “a inscrição dos gêneros feminino ou masculino nos corpos é feita, sempre no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura” (LOURO, 2000, P. 11).

**Gráfico 01** – O que leva o travesti a entrar no caminho da prostituição. Lagarto/SE, 2018.



**Fonte:** Dados coletados pelos autores.

A identidade sexual é um dos elementos fundamentais da identidade geral, que é delineada desde os primeiros momentos da vida e definida na adolescência, compreendido a interação com os pais, fatores morais, culturais, sociais, religiosos, entre outros (SUTTER, 2014). Já, para Vieira (2016), a obtenção da identidade sexual é intensificada pelas alterações físicas da puberdade. Mas também, é influenciada por atitudes culturais, expectativas do comportamento sexual e modelos de papéis válidos.

Os transexuais procuram uma identidade de grupo porque necessitam de estima e aceitação. É comum, em grupos, uma semelhança no modo de vestir e falar. A popularidade com o sexo oposto, assim como os do mesmo sexo, torna-se importante durante a fase adulta. A necessidade de identidade de grupo entra em conflito com a necessidade de uma identidade pessoal.

Os entrevistados no trabalho de pesquisa optaram por ser chamados por nomes femininos como seu modo de identificação, por que sentiriam mais à vontade como os nomes citados por elas. Diversos termos pejorativos são usados para classificar os transgêneros, como: transexual, travesti, hétero, ela, ele, “pocha”, gilete, espada de dois grumos, etc, que são expressões preconceituosas. Os pronomes de tratamento como as formas, artigos ou nomes e entre outros são formas de expressões utilizadas para diferenciar um certo tipo de “classe” que convém mencionar o grande desrespeito a essa população.

O conceito de gênero diz respeito ao conjunto das representações sociais e culturais construídas a partir da diferença biológica dos sexos. Enquanto o sexo diz respeito ao atributo anatômico, no conceito de gênero torna-se o desenvolvimento das noções de “masculino” e “feminino” como construção social. O uso desse conceito permite abandonar a explicação da natureza como a responsável pela grande diferença existente entre os comportamentos e os lugares ocupados por homens e mulheres na sociedade (GROSSI, 2017).

As limitadas condições de construção da identidade de gênero pelos serviços públicos assim como pela iniciativa individual levam inevitavelmente a conformação de “guetos trans.” sociais e culturais que obrigatoriamente se submetem à uma sistema retrogrado das cafetinas pela necessidade de moradia, espaços para realizar os atendimentos, assim como pelas vias do acesso a hormônio, cirurgias e demais procedimentos médicos, ainda que nenhuma destas necessidades são garantidas com segurança e qualidade, sendo uma triste realidade as doenças, dificuldades e efeitos colaterais pela auto-hormonização e a utilização de silicone industrial.

O transexualismo, que afeta aos homens em maior intensidade que às mulheres, tem sido visto como patologia, originária de falhas cromossômicas ou desequilíbrios hormonais, que impõe uma ruptura aparentemente definitiva entre a identidade psíquica e a realidade física, pode se manifestar tanto na infância, como na fase adulta, havendo estudos, inclusive, que sugerem a possibilidade de o seu delineamento se principiar no curso da própria gestação. O transexual, face à resistência endógena, já que o indivíduo não aceita a si próprio e à constante discriminação exógena, sendo conhecidas as dificuldades de inserção social de um homem que deseja ser mulher ou de uma mulher que almeja ser homem, tende a assumir uma postura isolacionista, o que, não raro, coloca em risco a sua própria vida, sempre ameaçada pela sombra da depressão e/ou abandono familiar.

Em cada sociedade, a dominação das mulheres pelos homens, isto é, patriarcado encontrou formas particulares de favorecer o desenvolvimento das classes sociais

determinadas por cada momento histórico. A sociedade capitalista, com seu alto grau de avanço humano, fortaleceu o patriarcado submetendo-o ao aperfeiçoamento da dominação de classe, garantindo que a dominação do gênero feminino não pudesse mais ser desassociada da divisão das fileiras operárias, da manutenção do trabalho doméstico e da profunda submissão como garantia de contenção social.

Segundo a fala de um dos entrevistados “A desumanização que sofremos pelo misticismo baseado em nossa invisibilidade compulsória e na prostituição como “destino natural” em torno de nossas identidades impede o desenvolvimento afetivo, a constituição de relações amorosas e do reconhecimento e na legitimidade roubada das capacidades e das potencialidades das pessoas trans em diversas funções, reflexões e inclusive na sua própria auto-determinação de seus corpos, mentes e identidades”.

**Gráfico 02** – Já sofreu violência por conta da escolha sexual. Lagarto/SE, 2018.



**Fonte:** Dados coletados pelo autor, 2018.

A violência dos direitos dos cidadãos (LGBT) é determinada principalmente pelo desconhecimento do contexto social, econômico, cultural e social em que estão inseridos e desenvolvem suas atividades cotidianas, acontece nas mais diversas esferas do cotidiano profissional e social. Assim, 98% dos entrevistados relataram que já sofreram violência tanto físicas como psicológicas e 2% relatou que até o momento não sofreu qualquer tipo de violência. O preconceito pode facilmente transforma-se em discriminação, que assume muitas formas de hostilidade.

A violência moral e psicológica contra aqueles que não fazem parte dos grupos socialmente valorizados e, portanto, legitimados, é a porta de entrada para outras manifestações dessa hostilidade. Pode se manifestar em violência física, ética e psicóloga, na proibição de permanência e de manifestações de afeto, em proibições à admissão ou ao acesso

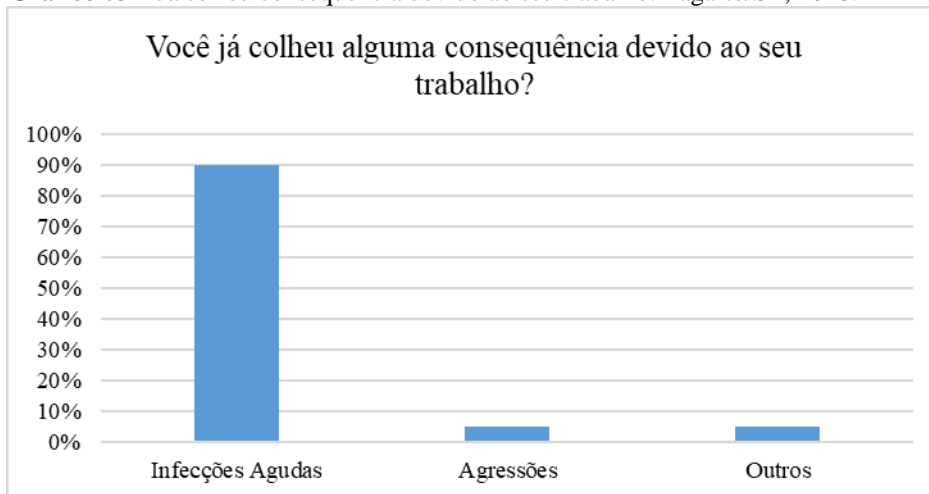


profissional, em demissões e várias outras situações do cotidiano.

Ao se falar em gênero, não se fala apenas de homem ou mulher, mas de masculino e feminino, em diversas e dinâmicas masculinidades e feminilidades. Gênero, portanto, remete a construções sociais, históricas, culturais e políticas que dizem respeito a disputas materiais e simbólicas que envolvem processos de configuração de identidades, definições de papéis e funções sociais, construções e desconstruções de representações e imagens, diferentes distribuições de recursos e de poder e estabelecimento e alteração de hierarquias entre os que são socialmente definidos como homens e mulheres e o que é e o que não é, considerado nas diferentes sociedades e ao longo do tempo (PAIXÃO, 2008).

Outra questão pertinente à relação entre sexualidade e gênero, é o início da vida sexual na adolescência. A primeira relação sexual é considerada um marco na vida reprodutiva de qualquer indivíduo e tem ocorrido de forma cada vez mais precoce. As questões de gênero têm se mostrado importantes na condução das escolhas reprodutivas de adolescentes, particularmente o momento da primeira relação sexual e o primeiro parceiro sexual.

**Gráfico 03** – Já sofreu consequência devido ao seu trabalho. Lagarto/SE, 2018.



**Fonte:** Dados coletados pelo autor, 2018.

A sociedade é regrada de muitos mitos e tabus que precisam ser quebrados. É notório que um vasto caminho deve ser percorrido para que todo jovem seja orientado corretamente sobre sua sexualidade. Quando os entrevistados foram perguntados sobre alguma consequência já colhida por conta do trabalho, 96% relatou ter contraído infecções agudas enquanto 2% sofreu agressões e os outros 2% qualquer outro tipo de consequência. Isso é um direito e deve se iniciar no próprio núcleo familiar, se estender à escola e, conseqüentemente, a todas as instituições que façam parte da sociedade e, em modo especial, nas instituições da área da saúde. Essa base é importante para que o sujeito seja capaz de solucionar questões

como usar ou não anticoncepcionais e preservativos, entre outras, sem adquirir sentimento de culpa, sem abalar sua integridade mental.

A AIDS juntamente com as outras IST (Infecções Sexualmente Transmissíveis), caracteriza como uma epidemia mundial, que só será combatida por meio de um trabalho de prevenção e conscientização de necessidades de se mudar comportamentos sexuais até o momento aceitos como corretos. Agressões de um modo geral, também se torna um grave problema frente a esse tipo de conceito pelo fato da não aceitação da mudança de gênero e sexualidade.

A proteção da dignidade humana costuma enfrentar uma dificuldade básica, que é a de identificar o que está, ou não, abrangido por ela. Num extremo, corre-se o risco de ver como atentatórias à dignidade humana meras afrontas ao bom gosto e à moral comum; no outro, a de não estender a sua proteção a valores efetivamente basilares da espécie humana. Aqui, retrai-se em excesso; lá, amplia-se ao ponto de amesquinhar (PERES, 2008). Face à dificuldade conceitual, não é incomum que, a partir das experiências colhidas no ambiente sociopolítico, parcelas características da dignidade humana passem a receber proteção específica, precisando os contornos da violação.

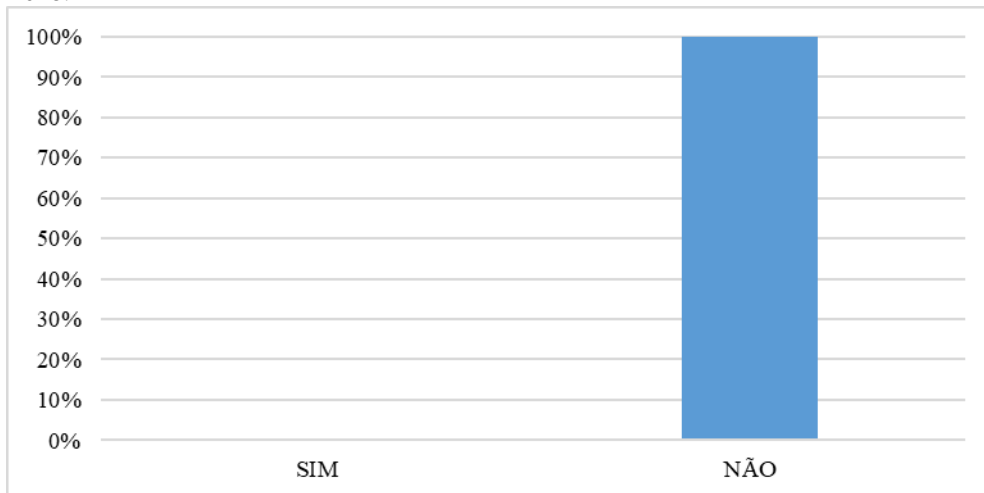
A inalterabilidade do prenome, como se percebe pela sistemática legal, é meramente relativa; deve se ajustar às exceções expressamente previstas na Lei de Registros Públicos e àquelas que se desprendam da Constituição, que informa e serve de fundamento de validade para toda a ordem jurídica. Ao “mudar de sexo” a pessoa inaugura uma nova fase de sua personalidade, daí decorrendo a imperiosa necessidade de que seja re-individualizada perante si e seus pares.

Sobre o início da vida sexual dos jovens, observa-se que, muitos, ainda na adolescência, contaminam-se por alguma IST, devido ao desconhecimento sobre os sinais e sintomas da doença e até mesmo com medo de seus pais descobrirem que iniciariam sua vida sexual. O jovem geralmente está em busca da satisfação, sendo o sexo um dos fatores que proporcionam esse bem-estar. Dessa forma, aumenta o risco de aquisição de IST/AIDS.

A institucionalização do Processo Transexualizador na esfera do SUS sanou apenas em parte a mencionada omissão regulamentadora, na medida em que decorreu de atos administrativos editados pelo Poder Executivo (Ministério da Saúde), obviamente sem força de lei. Por conseguinte, mesmo após a realização de cirurgia pelo SUS, apenas mediante a propositura de ação judicial revela-se possível a requalificação civil.



**Gráfico 04** – Recebe aconselhamento sobre Educação em Saúde e prevenção de IST. Lagarto/SE, 2018.



**Fonte:** Dados coletados pelo autor, 2018.

Atualmente a sexualidade é percebida como um problema de saúde pública, é necessário implantar políticas públicas que promovam a saúde da comunidade LGBT. Em uma perspectiva mais ampla, as redes de saúde têm sua inter-relação junto à comunidade. De acordo com as entrevistas, 100% dos entrevistados relataram que não recebem aconselhamentos contra ISTs (infecções Sexualmente Transmissíveis). Fugindo assim do princípio integrativo que se correlaciona com as pessoas, os hábitos, as culturas, as casas, as praças, dentre outros, ou seja, com o contexto em geral da comunidade, integrando essa população LGBT ao mundo em que eles vivem, apontando o seu ambiente natural e possibilitando-lhes tornarem uma atitude exploratória e crítica acerca de sua realidade.

A família tem papel essencial e fundamental na educação dos filhos para prevenção das doenças sexualmente transmissíveis. Os tabus, a vergonha de procurar os serviços especializados e ausência de conhecimento sobre os sintomas e a forma de transmissão por parte dos adolescentes retardam o tratamento, o que traz consequência de longo prazo como abortamentos, esterilidade, problemas neurológicos e de infecções.

O interesse do estado pela sexualidade da população torna-se evidente a partir desta proposta. Portanto, as unidades de saúde e não mais apenas às famílias, desenvolvem uma ação crítica, reflexiva e educativa que promova a saúde dos jovens e adultos. Portanto, não se pode dissociar a noção de gênero de conceitos sociais, histórico culturais e políticos. Estudar o conceito de gênero oferece um olhar mais atento para determinados processos que consolidam diferenças de valor entre o masculino e o feminino e que geram desigualdades. Outra questão pertinente à relação e gênero, é o início da vida sexual na adolescência.

## CONCLUSÕES

A consequência desta situação para a comunidade trans traz marcas profundas na vida, desse modo a objetificação, fetichização e as grandes mudanças das mulheres trans e travestis sendo comparados (a) como mercadorias, sob a ditadura do bem maior que, no caso seria a beleza externa e da juventude, sendo uma expressão material do sexualismo como “função obrigatória”.

Na cidade de Lagarto/SE existe um certo tipo de tabu quando são mencionados assuntos que envolvam transexuais devido a certos valores “ditos” da população advindos de uma cultura já formada por eles (a). Desse modo, verificou-se que a comunidade da cidade estudada ainda não se encontra preparada para esses tipos de situações, pois, o preconceito e a falta de conhecimento frente a temas como esse não despertam a curiosidade.

Em nossa realidade atual, verifica-se a mutação comportamental, onde por vezes ocorre a preponderância da afetividade sobre a conduta biológica, embora estendendo-se essa temática como ideal às relações humanas, pois dá-se entre homem e mulher, e correlata a forma de maturação da vida humana no planeta dotada de fenômenos psíquicos experimentados na forma de sentimentos e emoções, que proporcionam uma nova forma ao uso da sexualidade humana, possibilitando as relações afetivas entre indivíduos do mesmo gênero, tendo a opção por preferências de identificação, por gêneros de diversos saberes mesmo depois do nascimento, entre outras consequências naturais.

As Políticas Públicas são o conjunto de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado, com a participação do setor público ou privado, que visa assegurar determinado direito de cidadania, para determinado grupo social, cultural, étnico ou econômico. O Texto Constitucional da República Federativa do Brasil, promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas emendas constitucionais nº 1/1992 a 68/2011, pelo decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas emendas constitucionais de revisão nos 1 a 6/1994, foi criado para assegurar o exercício desses direitos e garantir a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos.

Desse modo, é incondizente com a realidade, dentro do princípio da legalidade, por não dialogar com os princípios dentro da sociedade, dado que na prática nada do que foi descrito é realizado. O desafio da promoção da equidade em saúde para a população de travestis e transexuais é abordado a partir do olhar dos movimentos sociais, da academia, do serviço e da gestão que, em conjunto, contribuiram para a construção de uma política pública

que garanta o direito à saúde sem preconceito de gênero, raça/etnia, orientação sexual e práticas sexuais e afetivas.

Acrescenta-se a esse argumento incisivo que a consideração dos alunos como dotados de sexualidade não se restringe os aspectos biológicos e psicológicos dessa condição, mas abrange a perspectiva histórica na qual estão as explicações para as orientações e para os papéis de gênero próprios do seu tempo. A segunda metade do século XX foi bastante profícua no que diz respeito a descobertas científicas, a posturas políticas e à consideração da sexualidade como assunto escolar.

É possível que, no fim de todo esse processo de reestruturação dos hospitais e dos ambulatórios, muitas transexuais desistam da cirurgia (mesmo ainda existindo o desejo) por causa de um longo processo depressivo e exaustivo ocasionado pela espera. Porém, esse fato pode não acontecer com os homens trans que, em qualquer fase de sua vida, querem a histerectomia e a mastectomia.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ruy. **Comentários à Constituição Federal brasileira**, colligidos e ordenados por Homero Pires. São Paulo: Saraiva & Cia., 1933. Vol. II (Do Poder Legislativo).

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.707, de 18 de agosto de 2017. **Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)**. O Processo Transexualizador, a ser implantado nas unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão.

LOPES, Bárbara Martins; VELOSO, Bruno Henning. **Dignidade e respeito reciprocamente considerados: a mudança do nome por transexual na comunidade brasileira**. Jus Navigandi, Teresina, ano 10, n. 624, 24 mar. 2005. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/6504>>. Acesso em: 30 jan. 2012.

SUTTER, Matilde Josefina. Determinação e mudança de sexo: aspectos médico-legais. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2014.

VIEIRA, Tereza Rodrigues. Direito à adequação de sexo do transexual. **Revista Literária de Direito**, São Paulo, p. 22-23, set. /out. 2016.

GROSSI M. P. **Identidade de gênero e sexualidade**. Antropol Primeira Mão (Florianópolis). 2016;(24) [citado 3 mar. 2017]. Disponível em: <http://www.observem.com/upload/69a8d4dc71b04390c3096c61cbc97aed.pdf>

PAIXÃO G. P. N; SANTOS, S. M. P; RAMOS, P. R. **Questões de gênero: percepção de adolescente no município de Juazeiro-BA. UDESC em Ação**. 2008;2(1). Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/udescemacao/article/view/1699/1347>

PERES, W. S. **Subjetividade das travestis brasileiras: da vulnerabilidade da**

**estigmatização à construção da cidadania** [Tese]. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social; 2015.

GUIMARÃES, L. D. A **sociabilidade e seus espaços: um estudo histórico a partir de seus intérpretes** [Dissertação]. Rio de Janeiro: UFRJ/PROURB/Programa de PósGraduação em Urbanismo; 2015. Disponível em: [http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=163764](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=163764).